

NICOLAU ORESME E O TEMA DA MOEDA NO SÉCULO XIV NA FRANÇA: ANÁLISE DO CONTEXTO QUE INFLUENCIOU NA PRODUÇÃO DE UM TRATADO DE ECONOMIA

Larissa Prestes Silva
Universidade Estadual de Maringá (CRV)

Resumo: O debate sobre os limites da intervenção política na economia é antigo, e recentemente o historiador norte-americano Thomas J. Woods Jr demonstrou em sua obra “Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental” (2013) como clérigos, principalmente durante a Idade Média, contribuíram de forma efetiva para o desenvolvimento do tema. Entre eles está Nicolau Oresme. O objetivo deste projeto é analisar a obra “Pequeno tratado da primeira invenção das moedas” (1355) de Nicolau Oresme, teólogo, filósofo e matemático francês que viveu no século XIV, para discutir a questão dos limites de interferência do poder político nas relações econômicas e, particularmente no processo de produção (cunhagem) das moedas, sua circulação e alteração do seu valor. Tal pesquisa se baseia principalmente na análise da obra em questão e da bibliografia levantada no intuito de entender o contexto no qual o autor estava inserido. A partir disso visamos entender de que maneira os aspectos sociais, políticos e econômicos da época influenciaram o clérigo a escrever um tratado de economia que limita a intervenção política em questões econômicas em meados do século XIV na França.

Palavras-chave: Idade Média; economia; moeda; política.

Introdução

É recorrente nos dias de hoje debates fervorosos sobre os limites que o poder político tem na economia. Em campos divergentes, diversos autores, tanto no âmbito historiográfico quanto no econômico, se incumbem no objetivo de determinar qual seriam esses limites. Os pontos levantados pelos mesmos vão desde a intervenção do poder estatal em questões comerciais, quanto à necessidade de que o próprio (leia-se Estado) se responsabilize por aspectos importantes da realidade econômica de determinada nação (como o desenvolvimento industrial). Entretanto, tal diálogo

ocorre principalmente com o intuito de responder á uma simples questão: O estado deve, ou não, ser responsável pela produção e alteração do dinheiro? Nosso intuito ao desenvolver essa pesquisa é demonstrar que a resposta á essa pergunta vem sendo formulada há séculos.

Nicolau Oresme e o tema da moeda na França do século XIV

Nicolau Oresme nasceu em 1320, na Normandia. Filho de agricultores abastados, ele foi agraciado com uma bolsa para o curso de teologia no Colégio de Navarra, da Universidade de Paris e em 1356, já mestre nessa área, passou a lecionar na mesma instituição. Concomitantemente a todos esses acontecimentos, Oresme se aproximara cada vez mais da vida política e veio a se tornar o conselheiro do até então príncipe Carlos. Foi ao lado do futuro rei da França, que Oresme se dedicou tanto a vida eclesiástica quanto á análise da realidade econômica do país durante o século XIV.

Em 1355, Oresme dá início à obra que serve de base para o desenvolvimento do presente trabalho: “Pequeno tratado da primeira invenção das moedas”. Na mesma, o autor mostra de forma breve como o poder político (Estado) deveria se abster do controle da produção, cunhagem e alteração do valor das moedas, pois ao fazê-lo o príncipe acabava por desequilibrar a vida econômica atribuindo um valor artificial a um objeto (moeda) que intrinsecamente se constitui apenas como um figurativo de trocas.

Consideramos necessário demonstrar inicialmente a realidade da França durante o século XIV, realidade essa que leva Nicolau Oresme a escrever tal tratado e a Carlos V, já rei, a pedir que o mesmo fosse traduzido do latim para o francês.

A França do século XIV

Através da análise das obras de alguns autores sobre a realidade econômica e social da França do século XIV podemos considerar alguns pontos principais que influenciaram a crise pela qual o estado francês estava passando naquele momento,

que eram: a crise econômica que assolou praticamente todo o Ocidente medieval no início do século XIV; a fome; a peste; e a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra.

A crise econômica pode ser vista como uma das principais razões da fome que assolou o território ocidental. Segundo Guy Fourquin, em sua obra “História Econômica do Ocidente Medieval”, os primeiros indícios de crise fizeram-se sentir principalmente no ramo dos cereais:

A baixa conjuntura começou por se fazer sentir no campo, embora as cidades nem sempre tenham estado ao abrigo de alguns dos seus efeitos mais imediatos. Segundo as características das economias “pré-industriais”, registrou-se em primeiro lugar uma “crise cerealífera de mecanismo clássico” (E.Perroy). Como a colheita de cereais fora de um modo geral deficitária na Europa do Noroeste em 1314, registrou-se uma alta de preços, sobretudo nos primeiros meses de 1315, no período de inatividade agrícola que se anunciava difícil (...). Além disso, o ano de 1315 foi por seu turno mau: em todas as regiões não mediterrânicas, as chuvas, demasiado frequentes, arrastaram-se da primavera até o outono (...). Novamente, em 1316, a colheita foi muito inferior ao normal. Foi preciso aguardar a ceifa de 1317 para que os abastecimentos de cereais voltassem a ser suficientes. (FOURQUIN, 1979, p.p. 327, 328).

Logo, como consequência dessa crise, grande parte da população se encontrava em situação de fome endêmica. Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, em sua obra “História da Idade Média, Textos e Testemunhas”, traz um relato de como a escassez de determinados produtos foi sentida pelos habitantes de Tournai:

Naquele mesmo ano houve uma penúria tal de vinho em França que não se bebia em Tournai mais do que vinhos de Saint Jean (...). No ano 1316, no mês de maio, a penúria e a carestia tinham aumentado e houve em nossas regiões intempéries e desordens atmosféricas (...). Por causa das intempéries e da fome tão atroz, os corpos começavam a debilitar-se e as doenças a se desenvolverem e resultou disso uma mortandade tão grande como nenhum ser vivo tinha visto jamais ou ouvido falar de coisa semelhante. Eu certifico que em Tournai morriam cada dia tantas pessoas, homem e mulheres, pertencentes às classes dirigentes, médias e pobres que o ar estava por assim dizer totalmente corrompido e que os sacerdotes das paróquias não sabiam frequentemente a que lugar dirigir-se. (CHONIQUE ET ANNALES DE GILES DE MUISIT, ABBÉ DE SAINT-MARTIN DE TOURNAI (1972-1352), apud PEDRERO-SANCHEZ, 1999, p.193).

Guy Fourquin vai dizer que como consequência dessa fome que atingiu principalmente a França, devido às “devastações provocadas pela Guerra dos Cem

Anos e pelos motins civis” (1979, p. 333), as epidemias encontraram menor resistência, sobretudo em meio aos menos abastados, gerando assim uma depressão demográfica que se estenderia por anos:

Difíceis de calcular, as perdas de vidas humanas foram desiguais e a proporção avançada – um terço – nem sempre se verificou (...). A razia era por vezes tão forte que alguns aglomerados rurais desapareceram, provisória ou definitivamente, sem qualquer intervenção de guerras (...). É altamente provável que as cidades tenham sofrido ainda mais do que os campos: o contágio propaga-se com mais facilidade na cidade, devido à promiscuidade e as más condições de higiene publica. (FOURQUIN, 1979, p.p. 333, 334)

Além da fome e das epidemias (leia-se peste), outro fator que veio acarretar a depressão demográfica nesse período foi a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra, e os constantes embates que ocorriam entre habitantes do campo e da cidade.

Fourquin vai mostrar que as batalhas advindas da rivalidade entre os ingleses e franceses contavam sempre com alguns milhares de homens, em sua maioria guerreiros profissionais que, muitas vezes, dependiam da população por serem mal pagos pelas respectivas coroas:

(...) Quando era concluída uma trégua, ou quando o tesouro real não podia continuar a pagar-lhes, estes soldados aventureiros, estas companhias – compostas por algumas centenas ou mesmo algumas dezenas de soldados – deixavam-se ficar onde estavam e viviam à custa da população, pilhando e roubando camponeses e mercadores. (FOURQUIN, 1979, p. 338).

Somando-se a esses motins os embates, que por vezes ocorriam entre os indivíduos do campo e da cidade, temos um panorama de como a vida social e econômica francesa do século XIV foi instável em várias áreas.

Jacques Le Goff, na sua obra “A Civilização do Ocidente Medieval”, vai discorrer um pouco sobre o tema da moeda, chamando a nossa atenção para o fato de que a mesma vinha sendo manejada de forma errônea por príncipes cada vez mais ávidos e endividados, o que acabou por contribuir para a crise no início do século XIV.

O autor também mostra como todos esses acontecimentos culminaram em uma reorganização do mapa econômico e social da Cristandade (1983, p.145):

Esta crise veio favorecer e acentuar a anterior evolução para a centralização estatal (...). Suscitou novas clientelas, principalmente burguesas, para os produtos e para a arte, que em toda a parte tendem para a fabricação em série – coisa que, no domínio intelectual, vai ser possível graças à imprensa –, mas que, a um nível de qualidade que, em termos médios, será ainda muito honroso, corresponderam a uma elevação do nível de vida das novas camadas sociais e ao alastramento do bem-estar e do bom gosto. Esta crise traz no ventre a sociedade do Renascimento e dos tempos modernos, mais aberta e, para muitos, mais feliz que a asfixiante sociedade feudal. (LE GOFF, 1983, p. 145).

Em suma, através da análise dos autores acima citados, podemos perceber que a França na qual Nicole Oresme vivia passava por diversas crises, tanto sociais quanto econômicas, e que as mesmas influenciaram direta ou indiretamente, o teólogo francês ao escrever um tratado no qual o poder político deveria se abster de intervir na vida econômica em seus domínios.

Considerações finais

A França do século XIV se encontrava em uma crise econômica cada vez mais profunda, consequência principalmente da necessidade dos príncipes de manter suas guerras e seu tesouro a partir da produção de uma moeda que intrinsecamente não tinha valor algum. Nos dias atuais, é comum que uma pessoa entenda que quando a emissão do papel moeda não equivale à produção da riqueza, há uma desvalorização da primeira. Entretanto, no decorrer do século XIV, sobretudo na corte de Carlos V, era necessário que esse fenômeno fosse minuciosamente justificado, e foi exatamente isso o que Nicolau Oresme fez.

Oresme deixa por diversas vezes bem claro que para ele a moeda não passa de um símbolo de valor e não um valor em si mesmo, portanto o que ele dizia a Carlos V, O Sábio, era que a menor intervenção possível do governo nos assuntos econômicos era o melhor caminho – ou o menos problemático – para a “saúde” financeira do reino:

Digo, portanto, à guisa de resumo, que a coisa pela qual o reino se encaminha para a perdição é ignóbil e prejudicial ao rei e a todos os seus herdeiros e sucessores; e esta coisa consiste em governar tiranicamente os súditos, oprimi-los e subtrair deles seu sustento mediante as alterações das moedas e outros meios semelhantes. Está demonstrado, então, que tais

alterações e exações são contra a honra do rei e muito prejudiciais a toda a posteridade real. (ORESME, 1355, p. 90)

Sendo assim, a moeda não é apenas o símbolo de realidades físicas (materiais, quantidades, medidas), mas também símbolo da fidelidade dos homens à realidade mesma das coisas tal como elas se apresentam para eles; em outras palavras, a moeda é, para Nicolau Oresme, o instrumento criado pelo homem para indicar a verdade da percepção humana sobre o mundo físico que o cerca e sobre a necessidade de viver nele com vias à prosperidade ou, simplesmente, à sobrevivência. A moeda, assim, para Oresme, é o indicativo maior, não apenas de quanto as coisas valem ou podem valer, mas sim, da própria inteligência humana em ação no âmbito das relações econômicas. Acreditamos que é por tal motivo que o pensador medieval demonstrava tanta preocupação quanto às ações de governantes que promoviam a inflação em seus territórios: para ele, tal medida, além de ser o ensejo para novas crises econômicas, era o equivalente a corromper um instrumento de apreensão da realidade econômica desenvolvido pela razão humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOURQUIN, Guy. *História Econômica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1979.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1983. vol. I.

ORESME, Nicole. *Pequeno Tratado da Primeira invenção das Moedas (1355)*. Tradução de Marzia Terenzi Vicentini. Curitiba: Segesta, 2004.

PEDRERO – SÀNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: Textos e Testemunhas*. São Paulo: Unesp, 1999.